OBSERVATÓRIO DAS
DESIGUALDADES

Precisamos falar sobre desigualdades.

Este boletim inaugura a série de publicações que o Observatório das Desigualdades disponibilizará ao público. O Observatório das Desigualdades é resultado de parceria entre o Conselho Regional de Economia de Minas Gerais e a Fundação João Pinheiro, que tem por objetivo justamente contribuir com o debate informado sobre as diferentes faces da desigualdade social, os mecanismos que as produzem e reproduzem e as formas de enfrentá-la, difundindo e tornando mais acessível o conhecimento e as informações sobre esta marca de nossa sociedade que segue nos desafiando ao longo dos anos.

Tema recorrente na agenda pública, o debate quanto às desigualdades surge nos mais diversos ambientes. Discussões sobre desigualdades são, por vezes, extremamente acaloradas, mostrando que estamos lidando com questões que tocam alguns dos nossos valores e paixões mais caros. No entanto, nem sempre temos informações suficientes para formarmos, de maneira autônoma, uma opinião consequente sobre os desafios que as desigualdades nos colocam, em Minas Gerais, em nosso país e, cada vez mais, às possibilidades de uma existência digna e pacífica em nosso mundo.

No entanto, à medida que as desigualdades aumentam, também aumentam as vozes que relativizam sua relevância, afirmando, por exemplo que se a economia cresce e todos melhoram sua situação material de vida, ou se a pobreza se reduz, pouco importaria a vigência ou a magnitude das desigualdades. Então, neste primeiro boletim, vamos nos ocupar desta pergunta: afinal, precisamos mesmo discutir as desigualdades? As desigualdades são mesmo um problema? Por quê?

Desigualdade, desigualdades

Desigualdade, pobreza e mobilidade social são noções muito próximas, especialmente em nossa linguagem cotidiana, mas vale a pena distingui-las. A pobreza, por exemplo, descreve geralmente uma situação de privação. Ainda que eventualmente sejam usadas noções de pobreza relativa, o mais comum é que, em se tratando de pobreza, seja considerada uma condição absoluta. Isso quer dizer que, na maior parte dos casos, a pobreza se refere a uma situação de privação - seja monetária, material, ou no acesso a serviços básicos – que uma pessoa ou um grupo experimenta em certo momento no tempo. Estar em situação de pobreza significa que este indivíduo ou grupo está vivendo sem as condições básicas para uma vida considerada digna. Existem diversas formas de se medir a pobreza, dentre elas se destacam o estabelecimento de um nível de renda considerado necessário para um cidadão ou um domicílio não ser considerado pobre, ou então a definição de certas necessidades básicas para um ser humano que, quando não satisfeitas, caracterizam situação de pobreza.

A desigualdade é, por sua vez, relativa. De maneira ampla, pode ser entendida a partir de observações quanto ao tratamento dado por uma sociedade aos diversos grupos que a compõem. Quanto maior a diferença entre os que têm mais - poder, dinheiro, privilégios, acesso a serviços e a direitos básicos, proteção do Estado, etc - e os que têm menos, maior a desigualdade. Ela então não é uma característica de um indivíduo ou de um domicílio específico, mas é avaliada a partir da maneira pela qual se distribuem recursos, reconhecimento, oportunidades ou bem estar entre os membros de uma sociedade.

Assim, refletir sobre a desigualdade implica lidar com 4 questões. Primeiro, desigualdade de quê? As desigualdades são muitas e podemos observá-las em vários âmbitos da vida: desigualdade de renda, de riqueza, educacional, de poder, de acesso a bens e serviços, no mercado de trabalho etc. Em segundo lugar, temos que pensar sobre a questão: quanta desigualdade? Quanto maior a diferença entre aqueles que estão em piores condições e os que estão melhor, mais desigual é a distribuição daquele recurso. A terceira questão é: desigualdade entre quem? Existem grupos ou regiões que estão sistematicamente em piores condições? No Brasil, por exemplo, encontraremos quase sempre fortes desigualdades raciais, de gênero, regionais, territoriais, entre outras. Finalmente, um tipo de questão difícil de responder, mas muito importante é: Como? Trata-se aqui, de um lado, de refletir sobre quais são os processos e mecanismos sociais pelos quais as desigualdades se produzem e se mantêm e, de outro, quais as estratégias ao alcance dos governos e da sociedade para enfrentá-las. Neste primeiro boletim, vamos abordar basicamente a desigualdade de renda, porque é de entendimento mais intuitivo e porque existem dados internacionais mais completos e comparáveis a respeito. Mas é importante reter a noção de que as desigualdades têm muitas faces e vetores, sendo a de renda apenas uma, apesar de muito importante. Nos próximos números do boletim, outros tipos de desigualdade serão abordados.

O Índice de Gini, ao medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, mede também o grau de desigualdade de renda. O Índice varia de 0 a 1, sendo 0 uma situação de completa igualdade, e 1 uma situação de completa desigualdade. É preciso, entretanto, ter cautela ao analisar esses números, já que podem estar medindo situações diferentes. Um país com Índice de Gini próximo de 0 é caracterizado por possuir pouca desigualdade de renda, podendo, entretanto, ser pobre ou ser rico. Na primeira situação, a população viveria em certo nível de igualdade na pobreza, com condições precárias parecidas. Na segunda situação, a população viveria em certo nível de igualdade na riqueza, com luxos além das necessidades básicas.

A desigualdade contra a coesão social

Podemos então enfrentar a pergunta colocada acima: por que precisamos discutir a desigualdade e não somente a pobreza ou o crescimento? Esta pergunta tem dois tipos de resposta. O primeiro tipo é uma resposta normativa e envolve lidar com quais são nossos valores, nossa noção do que é justo e do que é aceitável. Isso implica que nos defrontemos com temas espinhosos (mas necessários), por exemplo, escolher entre uma sociedade mais cooperativa ou mais competitiva; se aceitamos que as condições e bens que herdamos de nossos pais devem ou não ter um peso nas nossas oportunidades (e qual deveria ser); se concordamos ou não que as desigualdades de resultados (emprego, renda, escolhas, prestígio) serão justas na medida em que não existam grandes desigualdades de oportunidades (condições adequadas e

igualitárias de acesso e de êxito educacional, ou saúde, ou nutrição ou segurança e justiça); se, diferentemente, julgamos que desigualdades de resultados muito altas são injustas porque violam o fundamento de que a prosperidade de uma sociedade é resultado sempre de um esforço compartilhado e que a própria noção de cidadania e de destino comum comprometem a própria legitimidade e sustentabilidade da ordem social. Ou seja, escolhas e debates complexos que desafiam os nossos valores fundamentais. São temas que não podem ser totalmente satisfeitos por meio do conhecimento científico, apesar de o conhecimento científico poder contribuir para que nossas escolhas e opiniões sejam mais informadas.

Há, porém, outro tipo de razão para nos preocuparmos todos com as desigualdades intensas e múltiplas que caracterizam nosso país. Já está bastante demonstrado que a permanência de níveis altos de desigualdade compromete de maneiras diversas o funcionamento das sociedades modernas, em âmbitos tão distintos quanto a confiança entre os cidadãos e a qualidade do crescimento econômico. Nem sempre estes efeitos são tão perceptíveis quando comparamos períodos curtos ou variações dentro de um mesmo país. Mas o caráter disruptivo da desigualdade sobre a coesão, a convivência e a prosperidade de uma sociedade fica claro quando comparamos os países que têm informações e economias mais modernas.

Vamos a alguns exemplos. Em um livro bastante provocativo, Pickett e Wilkinson(2009) analisam vasta literatura científica e evidências comparativas entre países, demonstrando os efeitos negativos das desigualdades sobre várias dimensões da qualidade de vida, da saúde e do bem estar psicossocial. Segundo eles, a desigualdade provoca nos indivíduos de uma sociedade sensações de domínio e subordinação, superioridade e inferioridade que causam efeitos prejudiciais no convívio social. De acordo com os autores, "onde as diferenças de renda são maiores, as distâncias sociais são maiores e a estratificação social é mais importante", da mesma forma a hierarquização e a importância do status social. Nesse sentido, em sociedades muito desiguais, a autopromoção, assim como a vaidade, a ostentação, e o orgulho são mais perceptíveis que a modéstia ou a empatia. O senso de coletividade é substituído por um modo de vida individualista. O enfraquecimento dos laços comunitários está diretamente relacionado a menores níveis de confiança entre as pessoas, que passam a ver os outros como competidores na escala social, ao mesmo tempo que querem ser por eles valorizadas.

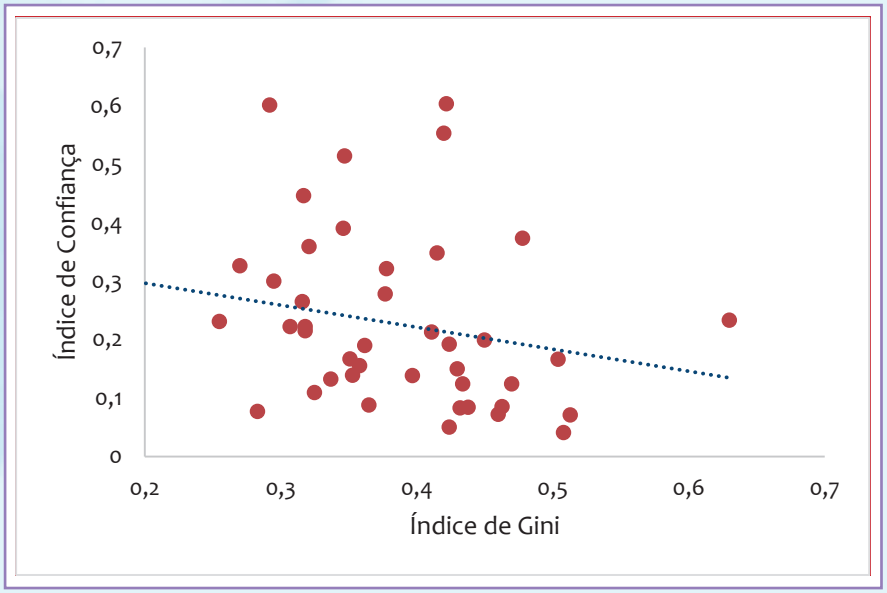
A desigualdade corrói a confiança e divide as pessoas. A qualidade de vida e o bem-estar dos indivíduos são potencializados em sociedades menos desiguais. Confiar no outro e manter um senso de comunidade faz com que os indivíduos sintam menos medo uns dos outros, seja ao caminhar por grandes cidades, seja ao firmar um contrato de negócios. Altos níveis de confiança significam que as pessoas se sentem mais seguras, se preocupam menos com serem enganadas pelo outro e se vêem mais como cooperativas do que como competitivas, melhorando drasticamente a relação entre a população. Confiança reduz tensões.

O senso de comunidade percebido em sociedades menos desiguais faz com que seus membros sejam mais dispostos a doar seu tempo para ajudar o outro. Além disso, seus indivíduos são mais propensos a acreditar em um maior compartilhamento cultural e a valorizar o que há de diverso. Há entre eles a crença de que os estados se mantêm unidos por valores compartilhados, que todos devem ser tratados com respeito e tolerância.

Não é de se admirar que a desigualdade separe as pessoas. Diante dos sentimentos de superioridade e inferioridade invocados nos indivíduos pertencentes a sociedades com altos níveis de desigualdade, há uma tendência, com raízes culturais, a uma maior aproximação entre indivíduos da mesma classe social, da mesma cor e, até mesmo, do mesmo gênero. É difícil encontrar, em nações muito desiguais, grupos de amigos diversos, formados por ricos e pobres, negros e brancos, mulheres e homens.

O gráfico 1 mostra exatamente isto, de maneira bastante intuitiva. Ao se comparar esta seleção de países, percebe-se claramente – a reta de tendência mostra istoque, de maneira geral, quanto maior a desigualdade, menor a confiança que as pessoas demonstram umas nas outras. Isto apesar das grandes diferenças e diversidade social, econômica e política entre elas. Numa linguagem mais estatística, pode-se dizer que saber apenas a desigualdade de um país permite prever com acerto 30% de toda a variação da confiança interpessoal.

Gráfico 1 – Relação entre Índice de Gini e Índice de Confiança em países selecionados



Fonte: World Value Survey.

Países selecionados: África do sul, Alemanha, Argentina, Armênia, Austrália, Bielorrússia, Brasil, Chile, China, Singapura, Colômbia, Coreia do Sul, Egito, Equador, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Gana, Geórgia, Haiti, Índia, Iraque, Japão, Jordânia, Malásia, México, Nigéria, Nova Zelândia, Paquistão, Peru, Polônia, Romênia, Ruanda, Rússia, Suécia, Tailândia, Tunísia, Ucrânia, Uruguai, Uzbequistão, Zimbábue.

Uma sociedade em que todos desconfiam de todos e na qual o outro é visto como um rival ou, pior, uma ameaça, é uma sociedade conflagrada, onde o medo, a força, a violência ou a repressão passam a fazer parte do cotidiano das pessoas. Este parece ser o destino de sociedades muito desiguais. Há bastante consenso, quando se avaliam as diferenças mais duráveis entre os países – e menos o curto prazo, ou flutuações temporárias em um mesmo país – que níveis altos de desigualdade minam as bases para uma convivência pacífica e cooperativa entre os cidadãos.

De fato, os índices de violência tendem a ser maiores em sociedades mais desiguais. Esta relação se mantém mesmo quando se levam em conta outras possíveis influências, como baixa renda, desemprego, perfil demográfico e etário da população.

Gráfico 2 – Relação entre Índice de Gini e taxa de homicídio por 100.000 habitantes em países selecionados

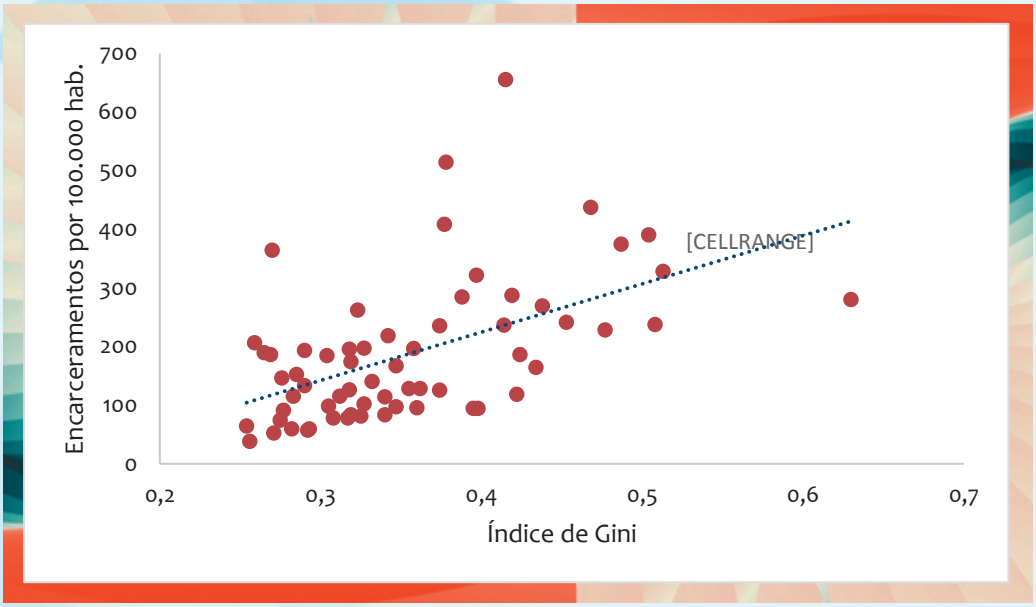
Fonte: Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

Países selecionados: África do Sul, Albânia, Algéria, Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bielorrússia, Bélgica, Brasil, Bulgária, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Croácia, Chipre, República Tcheca, Dinamarca, República Dominicana, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Indonésia, Irã, Irlanda, Israel, Itália, Cazaquistão, Letônia, Líbano, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Maurícia, México, Mongólia, Montenegro, Noruega, Panamá, Peru, Polônia, Portugal, Reino Unido, Romênia, Rússia, Sérvia, Seicheles, Sri Lanka, Suécia, Suíça, Tailândia, Turquia, Uruguai.

O gráfico 2 também ilustra, de forma visual, este ponto: quando se comparam vários países, pode-se perceber que à medida que a desigualdade (medida em termos de renda pelo Índice de Gini) se torna mais alta, a taxa de homicídios aumenta muito. Dependendo da estratégia estatística que se utiliza, saber apenas o Índice de Gini (ou seja, a desigualdade de renda) dos países permite prever com acerto entre 50% e 70% da distribuição dos homicídios entre eles.

Mas as consequências não são apenas estas. Em sociedades muito desiguais, onde a desconfiança é generalizada - se existirem estados e administrações públicas minimamente estruturados - geralmente a resposta ao conflito e à violência será mais força e repressão, principalmente direcionada aos grupos mais vulneráveis. Assim, sociedades desiguais tendem a ser não apenas sociedades em que se mata e se morre muito, mas também sociedades em que se encarcera indiscriminadamente.

Gráfico 3 – Relação entre Índice de Gini e encarceramentos por 100.000 habitantes em países selecionados



Fonte: Institute for Criminal Policy Research (ICPR).

Países selecionados: África do Sul, Albânia, Algéria, Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bielorrússia, Bélgica, Brasil, Bulgária, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Croácia, Chipre, República Tcheca, Dinamarca, República Dominicana, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Indonésia, Irã, Irlanda, Israel, Itália, Cazaquistão, Letônia, Líbano, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Maurícia, México, Mongólia, Montenegro, Noruega, Panamá, Peru, Polônia, Portugal, Reino Unido, Romênia, Rússia, Sérvia, Seicheles, Sri Lanka, Suécia, Suíça, Tailândia, Turquia, Uruguai.

Diferentes países têm distintas legislações penais, políticas penitenciárias, capacidade de encarcerar. No entanto, ainda assim podemos perceber que, de maneira geral, quanto maior a desigualdade, maior a proporção dos habitantes encarcerados em um país. Pode-se dizer que o Gini permite prever de um quarto a um terço da taxa de encarceramento entre os países, mesmo levando-se em conta a taxa de homicídios de cada país, o que não é pouca coisa.

Ou seja, exemplificamos como a desigualdade tem consequências muito profundas sobre a vida social; mostramos como altos níveis de desigualdade comprometem as possibilidades de uma convivência cooperativa e pacífica entre as pessoas. Mas estas consequências parecem ir além, chegando, por exemplo, à economia. Sempre houve nos estudos econômicos uma controvérsia sobre a relação complexa entre desigualdade e crescimento econômico. Há quem diga que haveria uma escolha trágica a fazer, entre crescimento e distribuição, entre equidade e eficiência, já que mesmo que a desigualdade fosse maléfica para a economia, a redistribuição por meio de impostos e transferências seria ainda mais prejudicial.

No entanto, os estudos mais recentes e mais completos sobre o comportamento da economia em países desiguais vão apontando em sentido diferente, o de que a desigualdade tende a ter efeitos prejudiciais à própria qualidade da economia. Por exemplo, um trabalho recente publicado pelo FMI, comparando o comportamento da economia de vários países, afirma que há um efeito negativo da

desigualdade sobre o crescimento econômico, quando se observa o médio e longo prazo; além disto, países com alta desigualdade tendem experimentar períodos mais curtos de crescimento econômico, ou seja, a desigualdade torna o crescimento menos sustentável e, terceiro, não foram encontradas evidências de que a redistribuição por meio de impostos e transferências afete negativamente o crescimento econômico.

O que procuramos mostrar a partir destes exemplos é que, para além dos profundos debates sobre se, quais, o quanto e até a que ponto as desigualdades em si mesmas são ou não aceitáveis, justas ou injustas, há conhecimento científico suficiente para afirmar que altos níveis de desigualdades comprometem as possibilidades e a sustentabilidade de uma sociedade cooperativa, pacífica e próspera.

A desigualdade de renda no Brasil: a foto e o filme, ou situação e trajetória.

Mas, a esta altura, os leitores devem estar se perguntando sobre o Brasil: como nós ficamos nesta história? Como já se pôde notar nos gráficos 1, 2 e 3, o Brasil apresenta uma das maiores desigualdades de renda do mundo. Isto é consenso, apesar de encontrarmos alguma variação da intensidade da desigualdade dependendo de como ela é medida. No Gráfico 4 podemos verificar mais detidamente a posição que o Brasil ocupa quanto à desigualdade de renda medida pelo Índice de Gini.

Gráfico 4 – Índice de Gini ao redor do globo

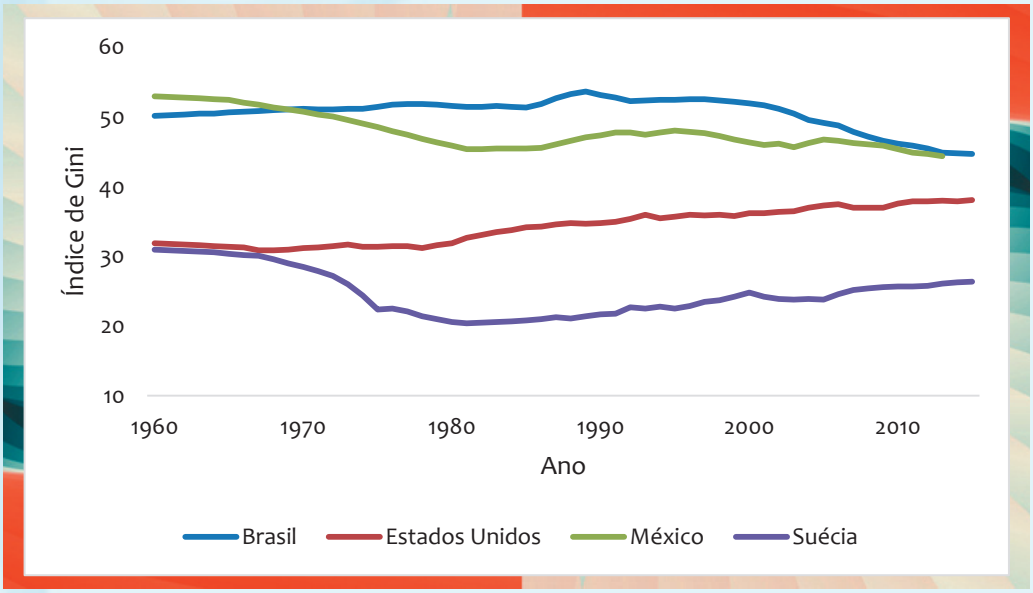
Fonte: Banco Mundial.

Nota: foram usados para a composição do gráfico 4 os últimos índices disponibilizados para cada país, variando de 2010 a 2016.

Quando o gráfico 4 expõe o Índice de Gini de vários países, a gravidade da desigualdade de renda no Brasil fica, novamente, evidente. Em se tratando desse Índice, o Brasil fica mal posicionado não só em termos mundiais, mas também quando comparado a outros países da América Latina, vizinhos brasileiros e que viveram processos de formação social mais similares ao nosso. Talvez mais relevante ainda, porém, é notar que em todas as regiões do globo encontramos países com níveis de desigualdade muito distintos. Isto guarda uma lição importante: a de que a desigualdade não é uma condenação ou um destino, mas resultante de escolhas e condições que as sociedades fazem, resultado de uma história.

Para compreendermos e situarmos melhor a situação da desigualdade brasileira, é indispensável também analisar o Índice de Gini em perspectiva temporal. Isto permite visualizar a trajetória da desigualdade de renda em nosso país ao longo dos anos. Veja o gráfico 5, que compara o Brasil e alguns países ao longo do tempo:

Gráfico 5 – Índice de Gini ao longo dos anos em países selecionados



Fonte: Standardized World Income Inequality Database(SWIID).

No caso do Brasil, a queda no Índice de Gini a partir do começo dos anos 2000 é evidente. A forte redução da desigualdade nos últimos anos contrasta com a estabilidade desse índice, em patamares muito altos nos períodos anteriores, que na verdade remontam pelo menos à década de 60. Por outro lado, vemos em países desenvolvidos, como os Estados Unidos e a Suécia; ou no México, mais parecido conosco, patamares e trajetórias muito distintas da desigualdade de renda, desde os anos 1960, o que mostra que a desigualdade não é uma necessidade, nem apresenta uma tendência única, mas é o resultado de contextos e escolhas que as sociedades fazem.

A crise econômica, social e política em curso no Brasil produziu uma reversão na trajetória de redução da desigualdade que o país vinha experimentando, segundo trabalho recente de Marcelo Néri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Segundo a análise, que se concentra na renda do trabalho, desde 2015 há forte queda na renda dos trabalhadores, em especial os mais jovens e um severo aumento na desigualdade de rendimentos do trabalho. Na verdade, segundo o texto, a desigualdade de renda vai completar em 2018 três anos seguidos de alta, o que não ocorria desde 1989. Ou seja, a situação piorou para todos e piorou ainda mais para os mais vulneráveis. As principais causas são desemprego e precarização do trabalho, recessão econômica e paralisação ou retrocesso em várias das políticas sociais que favoreciam a renda e o bem estar dos mais pobres. Ou seja, condições e escolhas públicas.

Fazendo uma breve síntese do que discutimos até aqui:

a) Apesar de, no nosso dia a dia e na linguagem corrente, nos referirmos mais frequentemente à "desigualdade", o correto seria dizer "desigualdades": porque esta é uma noção multifacetada e se manifesta de formas variadas em diversos espaços da vida social, atingindo também de maneira distinta e combinada vários grupos, segmentos e regiões.

b) Independente do que se pensa sobre as desigualdades, em termos de justiça ou de valores, há consenso de que altos níveis de desigualdade têm consequências abrangentes sobre a vida social, comprometendo as possibilidades de uma convivência cooperativa, pacífica, próspera e sustentável.

c) As desigualdades não são destino ou necessidade, e variam fortemente entre os países e também ao longo do tempo. Sua trajetória e magnitude podem ser modificadas para melhor ou para pior por políticas públicas e escolhas políticas, econômicas e sociais

d) O Brasil apresenta níveis muito altos de desigualdade, que se mantiveram pouco alterados durante quase toda a segunda metade do século passado, apesar das intensas transformações econômicas, sociais e políticas pelas quais passou o país. O início deste século marcou o início de uma mudança nesta trajetória. A democratização favoreceu os espaços e a pressão por redistribuição, tanto de renda quanto, como veremos em próximas edições, em outros campos de direitos, políticas e acesso a bens e serviços, que tiveram impactos reais na redução da desigualdade de renda do país.

Referências Bibliográficas

WILKINSON, Richard; PICKETT, Kate. **O Nível:** Por que uma sociedade mais igualitária é melhor para todos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

SOLT, Frederick. 2016. "The Standardized World Income Inequality Database." *Social Science Quarterly* 97. SWIID Version 7.1, August 2018. Disponível em: <https://fsolt.org/swiid/>. Acesso em: 29 ago. 2018.

UNU-WIDER, 'World Income Inequality Database (WIID3.4)'. Disponível em: <https://www.wider.unu.edu/database/world-income-inequality-database-wiid34>. Acesso em: 22 ago. 2018.

Inglehart, R., C. Haerpfer, A. Moreno, C. Welzel, K. Kizilova, J. Diez-Medrano, M. Lagos, P. Norris, E. Ponarin & B. Puranen et al. (eds.). 2014. World Values Survey: Round Six - Country-Pooled Datafile Version: < http://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV6.jsp >. Madrid: JD Systems Institute. Acesso em: 27 ago. 2018

NERI, Marcelo. **Qual foi o Impacto da Crise sobre Pobreza e Distribuição de Renda?** FGV Social, 2018. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/NOTA-CURTA-Pobreza-Desigualdade-a-Crise-Recente_FGV_Social_Neri.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators Database. World Bank, July 2003. Disponível em: < https://data.worldbank.org/>. Acesso em: 15 ago. 2018.